

# Plano Executivo dos Trabalhos

## 1B. Relatório de Realização da Capacitação

Versão Preliminar

1



Etapa 1 - Timóteo, MG - nov/2019





## CONTRATANTE

---

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO

Endereço: Av. Acesita, 3230 - São José

Timóteo / MG - CEP: 35.182-000

Site: [www.timoteo.mg.gov.br](http://www.timoteo.mg.gov.br)

Contato: (31) 3847.4743

CNPJ: 19.875.020/0001-34

## CONSÓRCIO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

---

### CONSÓRCIO ECOTÉCNICA-DETZEL

Rua Maria Rita das Chagas Lima, 317 – bairro do São Braz

CEP: 82.300-330 – Curitiba – Paraná

E-mail: [etc@ecotecnica.com.br](mailto:etc@ecotecnica.com.br)

Fone/fax: (0\*41) 3026-8639 / 3026-8641 / cel: 9934-3334

## EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA

---

### Coordenação Geral

Arquiteta e Urbanista Esp.	Sandra Mayumi Nakamura	CAU A28.547-1
Engenheiro Florestal, Me.	Valmir Augusto Detzel	CREA-PR 17.516/D

### Coordenação Técnica

Arquiteta e Urbanista	Leticia Schmitt Cardon de Oliveira	CAU A46.913-0
Arquiteto e Urbanista, MSc.	Walter Gustavo Linzmeyer	CAU A33.842-4

### Equipe Técnica

Arquiteto e Urbanista, MSc.	Gustavo Domingues Gaspari	CAU A118.245-5
Arquiteta e Urbanista, Esp.	Vanessa Boscaro Fernandes	CAU A71.074-1
Arquiteta e Urbanista	Ana Gabriela Teixeira	CAU A238.281-4
Bióloga, Esp.	Lorena Carmen Folda Detzel	CRBio 69.007/07-D
Geógrafo	Cristiano Cit	CREA-PR 132.282/D
Advogada	Marcia Valéria Tarosso	OAB-PR 61.291
Eng. Ambiental	Lídia Sayoko Tanaka	CREA/PR 87.131/D
Engenheiro Ambiental e Sanitarista	Matheus Morganti Baldim	CREA-SC 125.235-0
Engenheiro Civil/Sanitarista	Nilo Aihara	CREA-PR 8.040/D
Técnica em Geoprocessamento	Sandy Plassmann Lamberti	

### Apoio

Administradora, Esp.	Maria Carolina da Leve
Assistente Administrativa	Áquila Maris Domingues
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo	Gislaine Costa
Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo	Alessandro Lunelli
Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo	Raquel Guidolin de Paula
Acadêmica de Engenharia Florestal	Andrielly Peruzzo Mastaler
Acadêmico de Engenharia Florestal	Lucas Ferrari de Almeida Prado

## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

---

(Decreto/Portaria n° xxxxxxxx)

## APRESENTAÇÃO

---

O presente documento configura o **Produto 01 – Plano Executivo dos Trabalhos – 1B. Relatório de Realização da Capacitação**, referente ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo (PDP) do município de Timóteo - MG, conforme objeto de **Contrato de prestação de serviço PG nº 272/2019** firmado entre o Município de Timóteo - MG e o Consórcio ECOTÉCNICA DETZEL, em atendimento ao Termo de Referência anexo ao **Edital de Concorrência nº 07/2019**. Trata-se de um documento preliminar que deve ser apreciado pela Equipe Técnica Municipal (ETM) para sua aprovação e encaminhado à Comissão de Acompanhamento (CA) de revisão do Plano Diretor Participativo de Timóteo.

Nesse documento são apresentadas as atividades realizadas durante o evento da Oficina de Capacitação voltada para os membros da Equipe Técnica Municipal, da equipe de governo e vereadores quanto ao conteúdo e o processo de revisão do Plano Diretor de Timóteo, bem como as atividades de mobilização e divulgação do evento. De forma complementar, discorre acerca da reunião técnica ocorrida previamente à Oficina de Capacitação.

## SUMÁRIO

---

CONTRATANTE.....	1
CONSÓRCIO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO.....	1
EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORIA.....	2
EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	3
APRESENTAÇÃO.....	4
SUMÁRIO.....	5
LISTA DE FIGURAS.....	6
LISTA DE APÊNDICE.....	6
LISTA DE ANEXOS.....	6
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	7
1 OFICINA DE CAPACITAÇÃO.....	8
2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	10
3 APÊNDICE.....	11
4 ANEXOS.....	29

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1.1: Vistas da Oficina de Capacitação .....	8
--	---

## LISTA DE APÊNDICE

---

Apêndice 3.1: Cartilha.....	11
Apêndice 3.2: Apresentação realizada no evento.....	16
Apêndice 3.3: Súmula do evento .....	28

## LISTA DE ANEXOS

---

Anexo 4.1: Lista de presença da Oficina de Capacitação .....	29
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

---

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CA	Comissão de Acompanhamento
CDP	Condicionantes, Deficiências e Potencialidades
ETM	Equipe Técnica Municipal
PDP	Plano Diretor Participativo
PMT	Prefeitura Municipal de Timóteo
TR	Termo de Referência



## 1 OFICINA DE CAPACITAÇÃO

Em atendimento ao Plano Executivo dos Trabalhos e ao Termo de Referência para revisão do Plano Diretor de Timóteo (TIMÓTEO, 2019), foi realizada a Oficina de Capacitação no dia 18 de novembro de 2019, nas dependências da sede da Prefeitura Municipal, tendo como público alvo membros da equipe técnica municipal (gestores municipais), equipe de governo e vereadores. O objetivo principal do evento foi a disseminação de conhecimento acerca do processo de revisão do Plano Diretor, englobando conceitos, embasamento legal, conteúdo a ser abordado, etapas, cronograma de execução das atividades, além da forma de participação no processo.

Na etapa de planejamento do evento, a consultoria prestou orientações aos gestores municipais envolvidos na condução do processo de revisão do PDP de Timóteo, no tocante a elaboração da pauta do evento, atores a serem convidados e divulgação do mesmo.

Desse modo, participaram do evento 16 pessoas, conforme lista de presença constante no Anexo 4.1, e nas figuras a seguir.



FIGURA 1.1: VISTAS DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO  
Fonte: ECOTÉCNICA-DETZEL, 2019.

Na condução do evento, a consultoria utilizou como ferramenta de apoio, uma apresentação estruturada no programa Microsoft Office (PowerPoint .PPTx), conforme apresentado no Apêndice 3.2, e projetada em Datashow. Ademais, como mecanismo de divulgação e capacitação no processo de revisão do plano a consultoria preparou e distribuiu aos participantes uma cartilha (Apêndice 3.1). Nesse material também é explanado sobre o que é o plano diretor, objetivos e embasamento legal, as etapas, conteúdo e as atribuições das equipes de trabalho envolvidas, e especialmente a importância da participação da sociedade no respectivo processo.

Ressalta-se que, na ocasião discorreu-se sobre a importância do planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável do Município de Timóteo, o que é o instrumento da política urbana denominado Plano Diretor, as etapas e a importância do envolvimento da sociedade em geral no processo de revisão do mesmo. Explicou-se a constituição e atribuições de duas importantes equipes de trabalho que serão responsáveis pela condução, mobilização, acompanhamento e fiscalização durante as etapas de desenvolvimento, sendo a Equipe Técnica Municipal (ETM) e a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor de Timóteo.

Também foram apontadas algumas questões a serem levadas em conta durante o processo, listadas a seguir, e no Apêndice 3.3 encontra-se também a sumula do evento elaborado pela equipe da consultoria.

- AMVA: Região de Limoeiro poderia ser centralidade; região de Santa Rita poderia ser alterada para interesse econômico;
- Existência de consórcio metropolitano de saúde já existente;
- Existência de estudo de viabilidade para destinação de resíduos (metropolitana);
- Há trabalho de cicloturismo, identificando as áreas de paradas e rota;
- Sugerido durante o processo o estabelecimento e importância de regimento interno da Comissão de Acompanhamento da revisão do PDP proposto pela consultoria.;
- Questão eleitoral municipal no processo de revisão do PDP;
- Dinâmicas e metodologias na condução do PDP/CDPs – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades/ Avaliação e interação dos técnicos e comunidade; e
- Transmissão on line das reuniões públicas e comunitárias.

## 2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

TIMÓTEO. Prefeitura Municipal de Timóteo. Edital de Licitação. Tomada de Preços nº. 007/2019. Processo Administrativo nº. 050/2019. Timóteo - MG, 2019.

ECOTÉCNICA-DETZEL. Consórcio ECOTÉCNICA - DETZEL. Registro fotográfico. Timóteo, 2019.



### 3 APÊNDICE

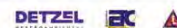
#### APÊNDICE 3.1: CARTILHA



2

##### índice

3. Por que planejar?  
Planejamento Urbano
4. Histórico  
A luta pela reforma urbana
5. Constituição  
Estatuto da Cidade  
Outras legislações importantes
6. Planos Setoriais
8. Como planejar uma cidade, afinal?  
- instrumentos urbanísticos
9. O que é Plano Diretor?  
Etapas
10. Conteúdo
11. Parâmetros Construtivos  
Participação
12. Notícias
- Referências
13. Anexos



3



4

##### Por que planejar?

Através de planejamento, são estabelecidas metas, diretrizes, ações e prazos a serem seguidos e a função que cada um dos envolvidos vai realizar.

Planejar implica em determinar os recursos disponíveis e utilizá-los de forma eficiente, a fim de aumentar a produtividade, além de ser essencial para a tomada de decisões.

No jogo urbano quotidiano, conflitantes interesses se apresentam. Qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma entidade viva e dinâmica, com suas diversificadas partes em permanente interação.

Por isso, a cidade carece de planejamento.

Intervenções desarticuladas e não planejadas neste complexo território, historicamente e comprovadamente se mostraram ineficazes para resolver ou até mesmo diminuir suas deficiências. A desigualdade é, infelizmente, a realidade da grande maioria das cidades e da população brasileira, que resultam e agravam ainda mais a baixa qualidade de vida, infraestrutura e serviços públicos precários. E o planejamento é uma das ferramentas para se combater tais mazelas.

##### Planejamento urbano

As cidades estão crescendo. Em 1940 apenas 23,6% da população vivia nos centros urbanos, já em 2015 esse número subiu para cerca de 84% da população.

Segundo o Portal IBGE Cidades, dos 5.570 municípios no país, apenas 50% possuem alguma forma de planejamento.

- Domicílios com iluminação elétrica: 99,7 %
- Domicílios com lixo coletado diretamente: 83,0 %
- Domicílios com disponibilidade diária de abastecimento de água da rede geral: 88,3 %
- Domicílios com esgotamento sanitário: 66,3 %

Para desenvolver e administrar uma cidade, é necessário planejar para ordenar o crescimento, distribuir os ônus e os bônus igualmente entre os cidadãos e colaborar com o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, estabelecem-se metas de desenvolvimento e planos de ações para alcançá-los, esclarecendo as funções de cada um dos agentes transformadores do município e garantindo acesso igualitário de todos os cidadãos à infraestrutura e aos benefícios da urbanização e do planejamento territorial.



##### Histórico

No século passado, devido à industrialização e as oportunidades de emprego que passaram a existir nas cidades, a população brasileira passou de predominantemente rural para urbana.

A falta de políticas públicas eficazes para acomodar esse número de pessoas causou grandes desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais.

As qualidades urbanísticas se acumularam em setores restritos, o que privou as faixas de menor renda de infraestrutura, equipamentos e serviços.

Desta forma, o território popular se densificou e consolidou, fruto de intervenções fragmentadas, desconectadas e descontínuas, definidas e executadas na "temporalidade da política".

##### A luta pela reforma urbana

→ 1963  
Motivado pelas visíveis mudanças que aconteciam nas cidades brasileiras, o Instituto de Arquitetos do Brasil promoveu um congresso que deu início às discussões sobre a reforma urbana no Brasil. Os movimentos foram abafados pelo golpe de 64.

→ 1985  
Amplas mobilizações sociais reaviveram o Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

→ 1988  
Fórum Nacional Pela Reforma Urbana, garantiu avanços importantes na nova Constituição, com um capítulo específico sobre a política urbana que se engloba os artigos 182 e 183 (vide página 5).

→ 2001  
Foi sancionado o Estatuto da Cidade, estabelecendo a gestão democrática das cidades por meio da participação da população, reconhecendo a cidade como um bem coletivo, de construção coletiva, dotada de investimento público.

→ 2003  
Criação do Ministério das Cidades, com foco no planejamento, fomento e desenvolvimentos urbanos do Brasil.

→ 2015  
Criação do Estatuto da Metrópole Lei 12.084/2015  
Estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados.





## Constituição

**Artigo 182:** Objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, instituindo a função social da propriedade urbana.

**Artigo 183:** Instituiu o usucapião do Solo Urbano.

## O estatuto da cidade

O Estatuto da Cidade é como uma "grande guarda-chuva" do Planejamento Urbano. Ele estabelece as diretrizes gerais da política urbana\*.

Ele regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, ordenando o pleno desenvolvimento da cidade e da propriedade urbana, bem como a gestão democrática por meio da participação da população e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

\* Política urbana é o conjunto de ações promovidas pelo Poder Público com o objetivo de garantir que todos os cidadãos tenham acesso à Habitação, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, à mobilidade, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

## Outras legislações importantes

Dentro da Política Urbana existem Políticas Setoriais que trazem mais detalhes e atualizam alguns aspectos do Estatuto da Cidade e estabelecem a exigência para os municípios de elaboração de planos setoriais.

→ **2005 - Política Nacional de Habitação**  
Lei 11.124/2005  
Garantir o direito à moradia digna e o princípio da função social da propriedade

→ **2007 - Política Nacional de Saneamento Básico**  
Lei 11.445/2007  
Garantir a universalização do acesso a serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, promoção da saúde pública, segurança da vida e do patrimônio e proteção do meio ambiente.

→ **2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos**  
Lei 12.305/2010  
O Plano deve abranger desde a geração dos resíduos até a disposição final adequada, com prioridade para soluções capazes de minimizar os efeitos negativos para o ambiente.

→ **2012 - Política Nacional de Mobilidade Urbana**  
Lei 12.587/2012  
Garantir o acesso aos diferentes modos de transporte, priorizando o transporte público.

## Estatuto da metrópole

Lei 12.084/2015



O Plano Diretor não funciona sozinho. Os planos setoriais devem estar em conformidade com o Plano Diretor Municipal, o qual também deve estar alinhado ao planejamento metropolitano - quando fizer parte de uma Região Metropolitana ou aglomeração urbana.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado tem a função de integrar os municípios de uma determinada região a caminhar em conjunto. Nesse caso, o Plano Diretor Municipal não é dispensável e continua sendo obrigatório. Conectados a ele vêm os planos setoriais.

## Planos setoriais

**Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI**

Traça diretrizes de desenvolvimento urbano das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas através da ação conjunta entre estados e municípios, com o objetivo de tornar os serviços urbanos mais eficientes, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população metropolitana. São discutidas algumas das questões públicas de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana, principalmente as relacionadas ao ordenamento territorial, mobilidade urbana, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

**Quem deve fazer?** As Regiões Metropolitanas e aglomerações urbanas brasileiras, em conjunto entre os Municípios, Estados e União.

**Prazo:** O Estatuto da Metrópole estabelecia o prazo de 2018, porém foi adiado para 2021.

**Plano Setorial de Saneamento Básico**

Possui como diretrizes a universalização do acesso a serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, com segurança, qualidade e regularidade. Além de promoção da saúde pública, proteção do meio ambiente, integrados com a gestão eficiente dos recursos hídricos, com sustentabilidade econômica e eficiência.

**Quem deve fazer?** Todos os municípios.

**Prazo:** 31 de dezembro de 2019.

**E se não cumprir?** O município não recebe recursos da União para investimentos em saneamento básico.



## Planos setoriais

**Plano Setorial de Resíduos Sólidos**

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não apenas os resíduos sólidos urbanos (domésticos e limpeza urbana), mas também os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços; dos serviços públicos de saneamento; industriais; de serviços de saúde; da construção civil; agropecuários; de serviços de transportes e de mineração.

**Quem deve fazer?** Todos os municípios acima de 20 mil habitantes.

**Prazo:** capitais e municípios de região metropolitana - julho de 2018;

municípios com menos de 50 mil habitantes - julho de 2021;

municípios com mais de 100 mil habitantes - julho de 2019

municípios entre 50 e 100 mil habitantes - julho de 2020.

**E se não cumprir?** O município não recebe recursos da União destinados a serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

**Plano Setorial de Habitação**

Tem como diretrizes garantir o direito à moradia digna e o princípio da função social da terra, participação social, atendimento prioritário à população de baixa renda e ampliação e universalização do acesso à infraestrutura urbana.

**Prazo:** Não há um prazo estabelecido.

**E se não cumprir?** Os municípios não poderão acessar recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

**Plano Setorial de Mobilidade Urbana**

Visa desenvolvimento sustentável das cidades, acesso ao transporte coletivo e circulação no espaço público. Diretrizes: prioridade aos modos de transporte ativos e dos serviços de transporte público coletivo, ao uso de energias renováveis menos poluentes e outros.

**Quem deve fazer?** Todos os municípios que precisam ter Plano Diretor.

**Prazo:** O prazo estabelecido em 2012 era de 3 anos, porém foi adiado para 2018. 3 depois adiado novamente para abril de 2019. Precisa ser revisado a cada dez anos.

**E se não cumprir?** O município não obtém acesso às verbas federais para área de mobilidade, como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou o Avançar Cidades.

## Como planejar uma cidade, afinal?

O Estatuto da Cidade traz instrumentos como forma de implementação da política urbana, que são classificados em urbanísticos, jurídicos, de regularização fundiária e de democratização da gestão urbana.

→ **Instrumentos urbanísticos**

**Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios**  
Art. 25 e 26

É o instrumento que garante que a "função social" da propriedade seja cumprida. Este instrumento anda em conjunto com o IPTU Progressivo no tempo (Art. 27).

**Instrumentos de Solo Criado**  
Art. 28, 29, 30, 31 e 32  
Como são conhecidas a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a transferência do Direito de Construir, que permitem a aquisição de potencial construtivo extra.

**Direito de Preempção**  
Art. 25, 28 e 27  
Dá preferência à prefeitura na aquisição de propriedades urbanas.

**Operações consorciadas**  
Art. 32, 33 e 34  
Parceria pública x privadas para melhorias urbanas.

**Direito de Superfície**  
Art. 21, 22 e 24  
Direito de o proprietário ceder a um terceiro o direito de utilizar o solo, subsolo ou espaço aéreo de seu terreno.

**Consórcio imobiliário**  
Art. 44  
O proprietário transfere ao Poder Público seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

→ **Instrumentos jurídicos de regularização fundiária**

**Zonas especiais de interesse social**  
Art. 42  
Atuam em áreas irregulares, permitindo uma legislação mais flexível para a promoção da regularização fundiária e melhorias de infraestrutura.

**Usucapião especial de imóvel urbano**  
Art. 19 ao 14  
É a transferência da propriedade privada que se opera mediante sentença judicial para o cidadão que ocupou área ou imóvel por cinco anos ininterruptamente. A lógica é a mesma para o instrumento chamado de "Concessão de uso especial para fins de moradia", que atua com propriedades públicas.

**Concessão de direito real de uso**  
Art. 48  
É a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de interesse social.

→ **Instrumentos de democratização da gestão urbana**

**Estudo de impacto de vizinhança - EIV**  
Art. 36, 37 e 38  
Como seu nome diz, estuda os possíveis impactos no meio urbano, antes que a empreitada seja executada, possibilitando a mitigação e melhoria do espaço urbano e qualidade de vida.

**Conselhos - sistemas de gestão democrática da política urbana**  
Decreto S.790/06  
Institui os Conselhos da Cidade, formados por membros da sociedade civil organizada, com a tarefa de acompanhar e avaliar as políticas urbanas municipais.

**Audiências e consultas públicas**  
Art. 43, 44 e 45  
O Estatuto da Cidade estabelece a promoção de audiências públicas e conferências sobre assuntos de interesse urbano para que o governo local e a população interessada discutam e encontrem as melhores soluções para as questões urbanas.





## O que é o plano diretor?



“é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município (Estatuto da Cidade, artigo 40).”

O plano diretor é a base do planejamento do município. Ele articula os diversos aspectos públicos existentes para garantir o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município.

Com a sanção do Estatuto das Cidades, em 2001, tornou-se obrigatória a produção de um Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes; com interesse turístico; impactado por grande obra ou município membro de regiões metropolitanas.

O Plano Diretor visa o desenvolvimento da cidade em um prazo de 10 anos, por isso deve ser revisado nesse mesmo prazo.

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor, são definidas áreas para aplicação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade.

## Etapas

De acordo com o Antigo Ministério das Cidades, o atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), o processo de elaboração do Plano Diretor se dá em pelo menos quatro etapas: metodologia, leitura da realidade municipal, diretrizes e propostas e elaboração do projeto de lei.



### Metodologia

Nesta etapa são definidos os processos, prazos, custos, cronograma de atividades, estratégia de mobilização da população, formas de divulgação do processo e a formação da Comissão de Acompanhamento.



### Leitura da Realidade Municipal

Levantamento de informações sobre o município e diagnóstico da existência de problemas e de potencialidades.



### Diretrizes e Propostas

Definição de Propostas e Diretrizes para o desenvolvimento e estruturação municipal (ordenamento do uso e ocupação do solo, infraestrutura e serviços públicos, meio ambiente, habitação, mobilidade).



### Elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor

Criação do projeto de lei aprovado em conferência municipal, que será encaminhado à Câmara de Vereadores.

\* Comissão de Acompanhamento: grupo de pessoas composto por representantes do Poder Público e dos diversos setores da sociedade civil que acompanhará, colaborará e fiscalizará o processo de elaboração do plano diretor.

## Conteúdo

O Art. 42, do Estatuto da Cidade estabelece: O Plano Diretor deverá conter no mínimo:

I – a delimitação das áreas urbanas onde poderá ser aplicada o parcelamento, edificação ou utilização compulsórias, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II – disposições requeridas pelos: art. 25 - O direito de preempção; art. 28 - Áreas a serem aplicadas a outorga; art. 29 - Áreas a serem permitida alteração de uso do solo art. 32 - Área para aplicação de operações consorciadas; art. 35 - Direito de o proprietário de exercer em outro local, ou alienar o direito de construir.

III – sistema de acompanhamento e controle

O Plano Diretor é uma lei que engloba uma série de outras leis: Lei de Perímetro Urbano; Lei de zoneamento, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Sistema Viário, Lei de Parcelamento do Solo, Código de Obras e Código de Posturas.

Além disso, o município pode elaborar os instrumentos do Estatuto das Cidades, já citados anteriormente.



### Lei do Perímetro Urbano

Separa o área urbana da área rural de um município e controla o crescimento urbano.



### Lei do Zoneamento

É a lei, complementada por mapas, que vai orientar as funções e aptidões das diversas áreas no município.



### Lei de Uso e Ocupação do Solo

Estabelece “o que”, “como” e “onde” pode ser construído. É complementada por tabelas que trazem parâmetros construtivos.



### Lei de Sistema Viário

Define os critérios para a definição e hierarquização do sistema viário básico do Município.



### Lei de Parcelamento do Solo

Define normas para criação de vias, loteamentos e desmembramentos de lotes.



### Código de Obras

Estabelece normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e edificações e a execução, manutenção e conservação de obras, garantindo a segurança e a salubridade das edificações.



### Código de Postura

Regula o uso do espaço público e funções coletivas. Estabelece normas para calçadas, instalação de mobiliário urbano, eventos e atividades profissionais ao ar livre, plantio de árvores, instalação de faixas e cartazes, etc.

## Parâmetros construtivos

Os Parâmetros Construtivos estão presentes na lei do Uso e Ocupação do Solo de um município. Os mais comuns são:

**Área mínima do lote**  
É a área mínima que um lote urbano pode ter em determinada zona da cidade.

**Coefficiente de Aproveitamento**  
É a quantidade de vezes em que se pode construir o equivalente à área do lote (m²).

**Taxa de Ocupação**  
É a porcentagem da área do lote que pode ser ocupada (%).

**Taxa de permeabilidade**  
É a área mínima do lote que deve ser permeável (%).

**Altura máxima e Número de Pavimentos**  
É a altura (m) máxima que pode ser construída no lote, respeitando o número máximo de pavimentos permitidos para determinado lote.

**Recuo e Afastamentos**  
Distância (m) que a edificação deve estar afastada, respectivamente, do alinhamento predial e dos limites laterais do lote.

**Tipos de Usos**  
Cada zona define os tipos de usos e atividades que podem ser desenvolvidos neste território, em geral, Permitidos, Tolerados e Proibidos.

## Participação



Além de tudo o que foi exposto aqui, o processo de planejamento urbano não é uma tarefa fácil e simples, a cidade e o município são arenas de diversos interesses e disputas, por isso a importância da participação e defesa dos diferentes segmentos da sociedade neste Revisão do Plano Diretor. Por isso, a participação popular é essencial!

Ela possui como objetivos:



Refletir as necessidades e anseios da população;



Apresentar caráter democrático e participativo, considerando sua função social;



Envolver a sociedade durante todo o processo de elaboração dos serviços e produtos do plano;



Estimular e incluir os segmentos sociais a participarem do processo de gestão democrática.

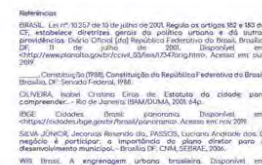


Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade em relação ao desenvolvimento sustentável da cidade de hoje e de amanhã.

Assim, a cidade acontece através de uma construção coletiva e pertence a todos os cidadãos. As decisões tomadas devem atender às demandas locais.

Portanto, a revisão do Plano Diretor é uma janela de oportunidade onde as decisões coletivas e os pactos devem ser construídos em prol de todos. O futuro de Timóteo está em nossas mãos. Participe!

## Notícias





## Anexos



Conforme Atualização Pública, além de não revisar Plano Diretor Municipal, agente político autorizou construção de loteamento irregular.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora, no Triângulo Mineiro,ajuizou, este mês, duas Ações Cíveis Públicas (ACP) por ato de improbidade administrativa contra o prefeito do município – ambas com pedido liminar da indisponibilidade de bens.

Uma delas pede a condenação do réu por ter decumulado deveres próprios da sua função, de acordo com a determinação legal. O Plano Diretor é um instrumento básico do processo de planejamento do município, fundamental para se evitar a retenção especulativa de imóveis urbanos, para se permitir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização e, ainda, para a promoção dos direitos fundamentais.

Segundo a ação, uma Recomendação já havia sido expedida ao município, em outubro do ano passado, pela Promotoria de Justiça de Juiz de Fora, fixando o prazo de 180 dias para a revisão do documento. Contudo, o prefeito não tomou as medidas necessárias.

Ainda de acordo com a ACP, o agente político permitiu que o município atuasse em desacordo com suas competências constitucionais.

Entre as principais irregularidades identificadas pelo MPMG no atual Plano Diretor de Juiz de Fora destacam-se a ausência de novas parâmetros urbanísticos para cada zona, inexistência de identificação das áreas passíveis de parcelamento, de edificação ou de utilização compulsória do solo urbano não edificado, subdivisão ou não utilizado e ausência de demarcação de assentamentos irregulares passíveis de regulamentação fundiária.

O MPMG pede que o réu seja condenado à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa cível e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Receber, também, a indisponibilidade de R\$ 2 mil de réu – valor equivalente a 100 vezes a remuneração recebida por ele.

Loteamento irregular. A outra ACP ajuizada pela 1ª Promotoria de Justiça de Juiz de Fora tem como réu, além do prefeito, o secretário municipal de Planejamento, uma empresa de empreendimentos imobiliários sediada na cidade e três empresários residentes em Uberlândia.



## 13

**MPMG pede condenação de prefeito de Juiz de Fora por improbidade administrativa**  
Publicado em: 21/08/2016

Conforme a ação, a empresa passou a ofertar lotes no empreendimento denominado *Condômino Chácara Tupy*, situado às margens de Rio Tejuco, apresentando inúmeras irregularidades e irregularidades urbanísticas.

Aprovação do loteamento pelo município ocorreu, segundo a ACP, no mesmo dia em que o prefeito tomou ciência da Recomendação do MPMG que determinou a suspensão de todo procedimento de análise e aprovação de projetos de parcelamento de solo localizados fora do perímetro urbano de Juiz de Fora ou que viessem como consequência ampliação do perímetro urbano da cidade, até a correção do Plano Diretor.

A ação aponta, ainda, que uma lei municipal editada em 2015 dispõe apenas sobre "a operação urbana, para fins de planejamento, para formação de blocos de terreno nos imóveis que mencionam". A nova lei trata como único objetivo "atender interesses privados em detrimento dos interesses coletivos, pois a indiscriminada descaracterização e aumento do perímetro urbano tem normas conflitantes de ordem urbanística", destacam os promotores de Justiça Daniel dos Santos Rodrigues e Daniela Toledo Gouveia Martins.

O MPMG pede a condenação dos réus pela prática de atos de improbidade. Como medida liminar, requer a indisponibilidade de bens dos réus de acordo com a remuneração dos envolvidos.

Fonte:

<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-pede-condenacao-de-prefeito-de-juiz-de-fora-por-improbidade-administrativa.htm>



## 14

**Plano Diretor segue desatualizado**  
Publicado em: 11/10/2018

Se o Plano Diretor precisasse ser revisto a cada 10 anos, conforme prevê o Estatuto das Cidades, o de Uberlândia já está defasado há pelo menos dois anos. A versão em vigor é de 2006 e de lá para cá tentativas de implementar um novo plano foram feitas, mas todas sem sucesso. A primeira delas foi em outubro de 2016, fim da gestão do então prefeito Gilmar Machado e eleição municipal. A proposta chegou à ser levada à Câmara de Vereadores, mas nem sequer entrou em pauta e foi engavetada no fim da legislatura.

Tocou-se o comando da cidade e o atual chefe do Executivo, Odemir Leão, apresentou o texto do Plano Diretor da cidade com algumas alterações em relação à versão feita em 2016. Por se tratar de um projeto que exigia quórum por maioria absoluta – 14 votos – a matéria foi reprovada, já que chegou 13 votos a favor. O atendimento a três critérios – todos da base aliada.

"A base aliada independente e de oposição da Câmara acabou por não se abster ou verificar que as emendas, que eram basicamente as propostas que haviam sido aprovadas no plano do Gilmar Machado, foram retiradas", disse o vereador Adriano Zago (MDB).

Considerado um instrumento essencial para o planejamento e gestão de uma cidade, o Plano Diretor norteia os passos a serem seguidos na saúde, educação, cultura, uso e ocupação do solo, esporte, meio ambiente, entre outras áreas, no sentido de obter melhoria da qualidade de vida da comunidade local. A falta desse planejamento urbano pode afetar a rotina dos moradores que são parte essencial na construção de um plano.

O grande questionamento sobre a situação de Uberlândia é, justamente, se a participação popular, através de audiências públicas, se dá. Em 2016, a única audiência pública realizada foi em 2016, e uma única em 2017. O que corrobora na representação protocolada pelo vereador Adriano Zago em abril deste ano na 10ª Promotoria Especializada na Habitação e Meio Ambiente, no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) em Uberlândia.

De acordo com o documento, após diversas audiências públicas realizadas (em 2016, o Poder Executivo [atual] realizou – entre outras coisas – o conteúdo do plano diretor, referente a sua versão a um plano de gabinete. E, no entanto, de acordo com alguma legislação, deveria haver uma audiência pública pré-forma e sua aprovação ao Conselho de Plano Diretor composto em sua maioria por representantes do próprio poder público. Além, esta é uma velha conhecida fórmula da teoria de abuso de poder".

A representação também destacava que a atual gestão mudou o texto da versão revisada em 2016, somando cerca de 18 supressões "práticas de formulações



## 15

**MPF também mira Nova Ponta da Praia**  
Publicado em: 01/05/2019

Presidente das duas comissões de vereadores responsáveis pela avaliação do Projeto, o vereador Sadoe Nakai (PSDB) por exemplo, afirma que os apontamentos levantados pelos comitês de que a Comissão Municipal de Análise de Impacto de Vizinhança (COMAV) se equivocou ao impor o EIV à Prefeitura, quando deveria ser feito pelo empreendimento, que é o proprietário do Centro de Convenções ali instalado em condições do Município.

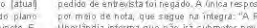
Ação Específica. Além do Federal, há uma ação do Ministério Público Estadual (MP-SP) que aponta inúmeras supostas irregularidades envolvendo o processo que gerou o Projeto. Além de não responder aos questionamentos do inquérito aberto pelo MP-SP, há problemas relacionados à outorga onerosa que geraram ao obra, ausência do decurso do prazo para consulta pública e violação de artigo do Estatuto das Cidades e do Plano Diretor do Município.

Da promotoria também alegam ofensa aos princípios da transparência e controle social (direito à população sobre a destinação dos contribuintes e na definição do plano urbanístico e Ponta da Praia), impessoalidade e isenção dos princípios da igualdade e livre concorrência e até violação da violação ao princípio da impessoalidade, visando beneficiar grandes grupos econômicos, dentre eles o Mendel.

PROJETO. O Nova Ponta da Praia alarga investimentos de cerca de R\$ 190 milhões da iniciativa privada. O projeto de obras está dividido em dois termos de compromisso firmados com o Mendel, com base na Nova Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Complementar 100/2019) que se refere à alteração no uso do terreno de intervenção e Direitos Estruturais (Direito 4 - Servidão), onde está localizada a atual centro de convenções, e no Nível (Cubete). O CAT engloba um centro de convenções e o novo mercado de peixe.

Fonte:

<https://www.diariodetozil.com.br/novaponta/2006/>



## 16

**MPF também mira Nova Ponta da Praia**  
Publicado em: 01/05/2019

A arquiteta e urbanista Marta Maria da Silva fez parte do processo de revisão do plano de 2016, por meio da Central de Movimento Popular (CMP), que juntamente com outros 12 movimentos sociais protocolaram em abril deste ano, na presidência da Câmara de Vereadores, a revisão do Projeto de Lei da Revisão do Plano Diretor de Uberlândia. O documento apresentava uma "breve contextualização do processo de revisão e aprovação da revisão do Projeto no âmbito do Executivo e contextualização da importância deste tema para os cidadãos de Uberlândia, na perspectiva da consolidação de uma lei que garanta o direito ao ambiente sustentável, preservação do meio ambiente natural e a construção, inclusão social e gestão democrática".

Esse documento contextualiza a maioria das reivindicações dos diversos segmentos que participaram da audiência. O Plano Diretor que o Odemir apresentou este ano tem vários prejuízos à cidade no que diz respeito às diretrizes dos instrumentos. Pagamos as duas revisões, de 2016 e 2018, e continuamos. Na primeira, que teve a participação da comunidade, de entidades, de movimentos sociais e de conselheiros, conseguimos alterar bastante o texto do documento, dando mais clareza às ações, como deve ser implementado, deve ser garantido o promotor e não planejar mais, estudar formas, exemplifica a arquiteta.

Segundo Marta Maria, o grupo de 2016 trabalhou um ano na revisão do plano, que não foi levada em consideração, e que qualquer alteração precisa ser aprovada por comissão para consulta pública. "A cidade é dinâmica e quem realmente conhece dos problemas não foi consultado. Além, ele teve um chamamento, mas todos convocados por e-mail algumas pessoas em cima da hora. O movimento que participei e contra a revisão apresentada pelo atual prefeito, por inúmeras falhas deixamos claro que o projeto precisa ter prioridade; que o transporte público precisa ser mais barato, garantir a preservação da região Sul por conta do Bom Jardim, que acabou Uberlândia e se já tiveram um loteamento, garantindo que a população de baixa renda tenha acesso à moradia. Nada disso foi levado em consideração", disse Marta.

SETOR IMOBILIÁRIO. O gestor defende crescimento por áreas e não por áreas isoladas.

Contrário à visão dos movimentos sociais, o CEO da TV Uberlândia e presidente da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (AELTAP), José Eduardo Pereira defende a revisão do plano e defende a atual gestão e garante que mesmo desatualizado o texto de 2006 ainda é atual.

"O plano de 2006 ainda se adapta muito bem à realidade de Uberlândia, ele ainda é atualizado e promove o crescimento

da cidade. O plano de 2016 não acabou prudente a proposta, até porque foi feito dentro de assentamentos semelhares, além de ter um vídeo muito polêmico". Segundo José Eduardo, a associação apresentou à gestão atual um relatório com sugestões para a elaboração da revisão do Plano Diretor. Entre as propostas está o crescimento da cidade em áreas e não por áreas específicas. "Esses aspectos do avanço da modernidade não foram abordados na proposta feita na gestão de 2016. Para a cidade crescer os investimentos precisam ser em áreas e não de forma isolada".



Fonte:

<https://diariodetozil.com.br/novaponta/2006/>

diretor segue desatualizado



## DIÁRIO DE PERNAMBUCO

### NOTÍCIA DE LOCAL

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao presidente da Câmara Municipal do Recife, Eduardo Marinho, que suspenda de imediato a tramitação do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor do Recife. O motivo é que está sendo cumprido, pelo Poder Executivo Municipal, o cronograma de execução do Plano de Ordenamento Territorial do Recife (POT), com suas respectivas etapas e produtos de maneira atômica, complementar e concomitante, de acordo com o Termo de Referência Integrante da Solicitação de Propostas (SDP).

Um inquérito civil instaurado pela 20ª Promotoria da Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação em Habitação e Urbanismo, para investigar a execução do contrato firmado entre o município do Recife e o Consórcio Diagonal (CD) para o financiamento do processo de elaboração do POT, apurou que o cronograma relativo ao contrato está sendo descumprido, com possíveis prejuízos à participação popular e risco de produzir sérias e irreversíveis implicações sociais, culturais, ambientais e econômicas na cidade do Recife.

No curso das investigações, o Poder Público municipal apurou estabelecimentos que não se mantêm atualizados, revelou a promotora de Justiça Maria Izandra Lira de Carvalho. "A municipalidade não demonstrou ter cumprido devidamente as etapas (cronograma de execução) estabelecidas no Termo de Referência destinado à contratação de prestação de serviço de consultoria para elaboração do Plano de Ordenamento Territorial do Recife. Não cabe ao município do Recife promover inadequada alteração da abordagem metodológica definida no Termo de Referência que fundamentou o processo licitatório que resultou na contratação da empresa Consórcio Diagonal (CD) sob pena de ofensa ao processo licitatório, tendo em vista divergências entre o estabelecido no certame e aquilo que foi efetivamente executado", destacou. "A eventual distorção realizada pela municipalidade, notadamente quanto à necessidade de alterar os instrumentos normativos de forma concomitante, articulada e complementar, compromete a efetiva participação popular e a qualidade dos produtos produzidos, afetando significativamente todo o processo de elaboração do Plano de Ordenamento Territorial", afirmou Maria Izandra Lira de Carvalho.

De acordo com informações do Centro Popular de Direitos Humanos (CPDH), o Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor se encontra em tramitação na Câmara de Vereadores com estudos fundamentais para definição do zoneamento, dos parâmetros urbanísticos e da incidência dos instrumentos de política urbana, todos exigidos no

## MPPE recomenda à Câmara de Vereadores suspender tramitação do Plano Diretor do Recife

Publicado em: 18/04/2019

Termo de Referência integrante da Solicitação de Propostas (SDP), elaborada pela própria administração municipal.

"A Constituição Federal estabelece que a política de desenvolvimento urbano, estruturada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, e que o plano diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana", mencionou a promotora de Justiça.

"O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) assevera que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º do mesmo Estatuto, sendo o plano diretor, aprovado por lei municipal, o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana", concluiu.

### Fonte:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viduaubna201904/mppe-recomenda-a-camara-de-veradores-suspender-tramitacao-do-plano-diretor>

## Consultor Jurídico

O prefeito de Pôrto Alegre, Luiz Fernando de Ávila Lemos, atualmente cassado pela Câmara de Vereadores, foi condenado por atos de improbidade administrativa em duas ações judiciais diferentes. No primeiro caso, o juiz federal da Promotoria de Justiça de Pôrto Alegre, Antônio Carlos de Jesus, condenou o prefeito em novembro de 2018. No segundo caso, o juiz da Diretoria do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em dezembro de 2018, condenou o prefeito em duas ações judiciais diferentes.

De acordo com o promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, do Ministério Público estadual, o primeiro dos casos diz respeito à contratação ilegal de professores, sem a qualificação necessária, o que feriu a Lei de Diretores e Base da Educação Nacional. As contratações ilegais, que geraram a condenação, foram feitas mesmo após o prefeito ter sido identificado, pessoalmente, de que não cumpria as exigências.

A ilegalidade consistiu em contratar professores com formação em nível médio, quando a lei exigia nível superior. "Apesar de ter conhecimento expresso da ilegalidade, mesmo assim, desconsiderando a legislação federal, o demandado insistiu na legalidade, contratando novamente nos mesmos moldes", explicou o promotor. Além disso, no mesmo processo, apurou-se que Luiz Fernando Lemos fazia publicidade de seu próprio nome nos editais referentes aos processos seletivos à custa do erário público. Pelo fato, o prefeito foi condenado a pagar aos cofres públicos valor equivalente a seis vezes os seus vencimentos mensais. Deixou o processo, o MP apelou, para buscar a suspensão dos direitos políticos do réu.

No segundo episódio, cuja sentença foi proferida dia 8 de novembro, a improbidade teve como causa a não implementação do Plano Diretor no município. O prefeito foi identificado da necessidade de implementação do planejamento urbano. Porém, de acordo com o promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, ainda na fase das

## Prefeito é condenado em dois processos a pedido do MP

Publicado em: 25/11/2019

Intitativas sobre o assunto, respondeu terminantemente que não tinha a obrigação de fazê-lo.

"Mesmo constituído da obrigação legal, o prefeito não deu início a plano de urbanização, nos termos legais, nem mesmo ajustou qualquer tipo de prazo para cumprimento da obrigação legalmente estabelecida", explicou o representante do MP. Em decorrência disso, o réu foi condenado a pagar multa em valor equivalente a quatro vezes os seus vencimentos mensais. Com informações da Assessoria de Imprensa do MP-RS.

### Fonte:

<https://www.conjur.com.br/2019-nov-25/prefeito-condenado-dois-processos-improbidade-administrativa>



## APÊNDICE 3.2: APRESENTAÇÃO REALIZADA NO EVENTO

**PLANO DIRETOR**

**Revisão do Plano Diretor Participativo de Timóteo/MG**

**OFICINA DE CAPACITAÇÃO**  
18.11.2019

**EC DETZEL**  
Engenharia e Consultoria

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**PROGRAMAÇÃO**

- Por que Planejar?
- Arcabouço Legal
- Plano Diretor
- Objetivos
- Embasamento Legal
- Etapas
- Produtos
- Processo Participativo
- Cronograma

- Canais de Comunicação
- Próximas Atividades
- Questões para Pensar o PDP
- Notícias

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**EQUIPE DA CONSULTORIA**

**Coordenação Geral**  
Yamir Detzel – Engenheiro Florestal  
Sandra Mayumi Nakamura – Arquiteta e Urbanista, Esp. Gestão Ambiental

**Coordenação Técnica**  
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira – Arquiteta e Urbanista  
Walter Gustavo Linzmayer – Arquiteto e Urbanista, Mestre em Gestão Urbana

**Equipe técnica especializada**  
Gustavo Gaspari – Arquiteto e Urbanista  
Vanessa Boscaro e Ana Gabriela Teixeira – Arquiteta e Urbanista  
Nilo Alhara e Maria Alice Cordeiro – Engenheiro civil  
Lorena Detzel – Bióloga  
Cristiano Cit – Geólogo  
Marcio Valécia Tarozzo – Advogado  
Matheus e Lidia Savoko – Engenheira Ambiental e Sanitária  
Sandy Plastman – Geoprocessamento  
Renata e Ana Maria Santini – Socióloga

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**Por que planejar?**

As cidades estão crescendo. Em 1950, apenas 23,8% da população vivia nas áreas urbanas. Em 2019, esse número já representa 84% da população.

Para desenvolver e implementar uma cidade é necessário planejar para garantir a sustentabilidade, melhorar a qualidade de vida e garantir o crescimento econômico sustentável.

**Segundo o Plano BGE Colúbia, o BGE Colúbia tem, para 2025, os seguintes indicadores:**

- Crescimento econômico: 10,7%
- Crescimento da população: 10,7%
- Crescimento da população: 10,7%
- Crescimento da população: 10,7%

**1963** Congresso do IAB pela Reforma Urbana  
**1985** Golpe de 64  
**1988** Constituição

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**ESTATUTO DA CIDADE**

**ORDENAR O PLENO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E DA PROPRIEDADE URBANA**

**GESTÃO DEMOCRÁTICA POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

**JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E ÔNUS DECORRENTES DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO**

**CIDADE**

- UM BEM COLETIVO
- CONSTRUÇÃO COLETIVA
- DOTADA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**Outras legislações importantes**

- 1988 - Constituição da República
- 1988 - Lei Orgânica do Município
- 1988 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 1988 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- 1988 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**Plano Diretor Municipal**

O Plano Diretor Municipal é o instrumento legal que estabelece as diretrizes, objetivos e prioridades para o desenvolvimento urbano do município.

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**ESTATUTO DA METRÓPOLE**

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019

**RM - Contextualização**

**Regiões Metropolitanas no Brasil – histórico e evolução**

“Desde o final dos anos 1950, houve um processo de urbanização acelerada fundamental para a absorção dos grandes contingentes populacionais que se concentraram no entorno das principais cidades brasileiras” (GOUVEA, 2005).

As questões metropolitanas passaram a ser vistas pelo governo federal como centrais para o desenvolvimento econômico nacional baseado na industrialização, desconcentrando essa atividade das metrópoles de SP e RJ.

**timóteo**  
revisão do plano diretor 2019



## RMs - Contextualização

### Regiões Metropolitanas no Brasil – histórico e evolução

Constituição Federal de 1967

Art. 164 "A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à **realização de serviços de interesse comum**" (BRASIL, 1967)

Leis Complementares nº 14/1973 e 20/1974

**Instituíram as nove primeiras RMs brasileiras** em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro



timóteo

## RMs - Contextualização

### Regiões Metropolitanas no Brasil – histórico e evolução

Constituição Federal de 1988

Atribui **aos estados a autonomia para a criação de Regiões Metropolitanas**, Aglomerações Urbanas (AU) e Microrregiões (MR).

Objetivo das RMs, AUs e MRs: Integrar a organização, o planejamento e a execução de **Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)**.

**FPIC**: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes (BRASIL, 2015)



timóteo

## RMs - Contextualização

### Regiões Metropolitanas no Brasil – histórico e evolução

Estatuto da Metrópole de 2015

(Lei Federal 13.089/2015)

Algumas implicações:

O apoio da União só poderá ser dado às RMs que atinjam a condição de **Gestão Plena** (art. 14)

**Gestão Plena** (art. 2, inciso III), condição de RM ou AU que possui:

- a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual;
- b) estrutura de governança interfederativa própria;
- c) **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)** aprovado mediante lei estadual;



timóteo

## RMs - Contextualização

### Estatuto da Metrópole de 2015 (Lei Federal nº 13.089/2015)

Art. 2, inciso IV – **governança interfederativa**: compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de FPICs.

**Instrumentos para implementação do Estatuto:**

- I – **plano de desenvolvimento urbano integrado**; - PDUI (PDUII)
- II – planos setoriais interfederativos;
- III – fundos públicos;
- IV – operações urbanas consorciadas interfederativas;
- V – zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade);
- VI – consórcios públicos, observada a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005;
- VII – convênios de cooperação;
- VIII – contratos de gestão;
- IX – compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana;
- X – parcerias público-privadas interfederativas.

timóteo

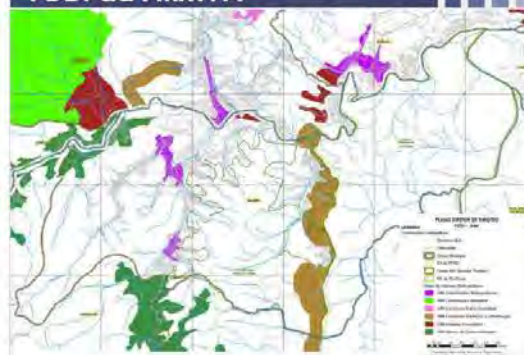
## PDDI da RM do Vale do Aço

**2018** – Após anos de elaboração, o Conselho Deliberativo da Região Metropolitana do Vale do Aço decidiu pela aprovação do estudo e encerramento do contrato junto a instituição que o elaborava, mas com algumas ressalvas principalmente referentes ao macrozoneamento;

**Atual** - Agência de Desenvolvimento da RMVA está em processo de adequação desse estudo para a elaboração da minuta; revisão das propostas e diálogo com as prefeituras e demais gestores regionais para fechamento. Macrozoneamento em processo de revisão e debate com os municípios.

timóteo

## PDDI da ARMVA



## RM do Vale do Aço

### PDDI – Vetores de Expansão



timóteo

## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI Macrozoneamento



timóteo



## RM do Vale do Aço

### Proposta do PDDI - Macrozoneamento

#### Áreas de Interesse Metropolitano

#### I - Vetores de Desenvolvimento

#### II - Corredores - Baixa Densidade

#### III - Corredores - Restrição à Urbanização

#### IV - Conservação Ambiental

#### V - Restrição à Urbanização

#### VI - Interesse Econômico

#### VII - Centralidades



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Centralidades

#### Centralidade Centro-Norte

"Consolidada" — já possui uma importante concentração de comércio e serviços.

Proximidade com a MG-381 e o núcleo industrial.

#### Diretriz:

Diversidade de usos e concentração de serviços.



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Centralidades

#### Centralidade Centro-Norte

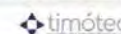
"Em expansão/novas centralidades".

Sede da Prefeitura e Câmara municipal.

Cortada pela MG-760.

#### Diretriz:

Diversidade de usos e concentração de serviços.



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Interesse Econômico

Grande área desocupada com topografia plana, favorável à implantação de grandes estruturas.

Servida pela MG-380, com trecho de via marginal.

Próxima a Cel. Fabriciano e Ipatinga.

#### Diretriz:

Áreas prioritárias para implantação de grandes equipamentos.



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Vetores de Desenvolvimento

Área 1: Localizada ao longo da MG-381 e do Rio Doce, na entrada do município vindo do oeste.

Ocupação urbana já intensificada em Cachoeira do Vale, mas ainda pouco desenvolvida em Santa Rita.

Próxima a Cel. Fabriciano.

#### Diretriz:

Tendências de espraiamento da mancha urbana.



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Vetores de Desenvolvimento

Área 1: Localizada em Marliéria, mas muito próxima da centralidade Centro-Sul de Timóteo.

Cortada pela MG-760.

#### Diretriz:

Tendências de espraiamento da mancha urbana.



## RM do Vale do Aço

### Propostas do PDDI - Macrozoneamento em Timóteo

#### AIM Vetores de Desenvolvimento

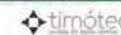
Localizada no leste de Timóteo, entre o Parque Estadual do Rio Doce (PERD) e a APA do Timóteo.

Entretanto, já possui ocupação e distrito industrial (Limpeiro).

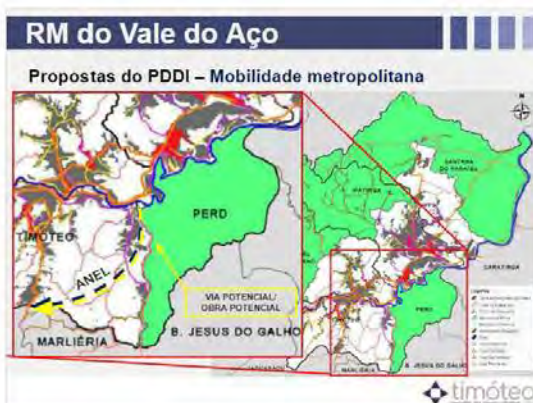
Possibilidade de ligação da MG-760 com a MG-381 (desvio das centralidades de Timóteo).

#### Diretriz:

Implantação de corredores com limitações de ocupação.







### QUESTÕES PARA O PDP

1. Planos e ações que atingem/ envolvem o município de Timóteo, quais os impactos e consequências que causam?
2. Quais são os principais mecanismos e ritos para ajustar as ações e o planejamento do PDDI + PDP?
3. Quais atores metropolitanos importantes para contribuir com a revisão do PDP Timóteo?

### PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O plano diretor é a base do planejamento do município. Ele articula as diversas políticas públicas existentes para garantir o desenvolvimento das funções econômicas, sociais e ambientais do município.

Com a sanção do Estatuto das Cidades, em 2001, tornou-se obrigatória a produção de um Plano Diretor para municípios com mais de 20 mil habitantes, com interesse turístico, impactado por grande obra ou município membro de regiões metropolitanas.

O Plano Diretor visa o desenvolvimento da cidade em um prazo de 10 anos, por isso deve ser revisado nesse mesmo prazo.

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor, são definidas áreas para aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade.

#### O que é o plano diretor?

“é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” da cidade (Estatuto da Cidade, artigo 40).

### PLANO DIRETOR

#### O QUE É?

É uma ferramenta que orienta o **desenvolvimento** e o crescimento do município

Promove o **direito à moradia digna** e **acesso aos serviços urbanos**

Define ações de acordo com as **potencialidades** e **deficiências** do município

### OBJETIVOS

- Elevar a **qualidade de vida** da população como um todo
- Criar condições para o **desenvolvimento harmônico** dos espaços **urbanos e rurais**
- Orientar o **crescimento** e as **condições de apropriação dos espaços** pelos diversos setores e atividades

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Formulação de Diagnóstico (raio-x)	leitura técnica leitura jurídica leitura comunitária
Definição de princípios e diretrizes	gerais
Definição de princípios e diretrizes para ordenamento do uso do solo	ponctual: habitacional mobilidade infraestrutura equipamentos públicos meio ambiente inserção regional







## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



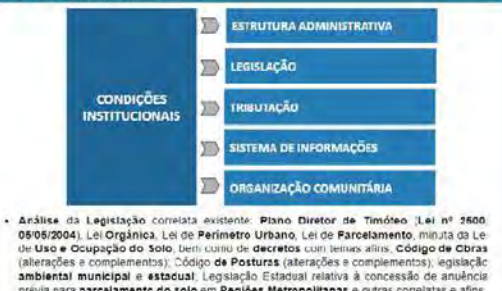
## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



## ETAPAS DO PROCESSO

### 2. DIAGNÓSTICO



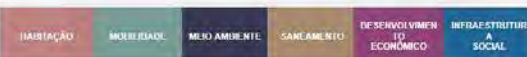
## ETAPAS DO PROCESSO

### DIAGNÓSTICO > 3. LEITURA COMUNITÁRIA

- Fórum de Lançamento do Plano Diretor Participativo;
- Reuniões regionais do Município (14);
- Reuniões com representantes dos segmentos da sociedade civil organizada (2);
- Audiência Pública.

Realização de 16 reuniões com a população do Município, apresentando a realidade municipal e a síntese da Leitura Técnica, colhendo e registrando as manifestações dos participantes.





- Definir as diretrizes, estratégias e instrumentos urbanísticos;
- Determinar critérios para caracterização de imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados;
- Delimitar o perímetro urbano e definir proposição do macrozoneamento e zoneamento;
- Definir os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo pertinentes à função social identificada pra cada macrozona e zonas especiais;
- Definição de áreas verdes de uso ambiental e urbanisticamente sustentáveis;
- Classificação e proposição do sistema viário e indicação dos diretores para a mobilidade urbana;

- Realização de **seminário interno** com a **Equipe Técnica Municipal (ETM)**, **Comissão de Acompanhamento (CA)** do Plano Diretor e **Comissão de Políticas Urbanas (GPU)** para apresentação e discussão do conteúdo Plano Diretor, sendo:
  1. Apresentação da leitura da realidade;
  2. Apresentação do conteúdo proposto;
  3. Debate; e
  4. Definição do conteúdo do PDP.

- Apresentação do conteúdo do PDP;
- Debate; e
- Registro das manifestações dos participantes

FASE S	ETAPAS	PRODUTOS	REPOSITÓRIOS
Plano de Trabalho	01. Plano Executivo dos trabalhos	1	1A. Documento de Planejamento Estratégico. 1B. Relatório de revisão da Capacitação; 1C. Relatório de Implementação e gestão do conteúdo do Espaço Plano Diretor Online; 1D. Relatório de realização do Fórum de Lançamento do revisão PDP.
Diagnóstico	02. Leitura Técnica	2.1 Levantamento dos dados existentes; 2.2 Análise técnica	2.1 Relatório executivo dos anteprojatos (revisões) 2.2A. Relatório e mapeamento dos dados levantados; e 2.2B. Relatório de Revisão de equipe técnica da PMT e
	03. Leitura Comunitária	3 Avaliações comunitárias	3.1. Compilação e consolidação das manifestações dos participantes e Relatório das reuniões realizadas
	04. Leitura de Realidade	4	4 Documento de Diagnóstico
Realização do PDP	05. Desenvolvimento do Conteúdo	5	5 Documento de propostas (composta por relatórios e mapas)
	06. Realização do Seminário	6	6 Documento com os deliberados da comissão do Plano Diretor
	07. Audiência Pública	7	7 Relatório da realização da Audiência Pública
Legislação	08. Revisão da Legislação	8	8 Documento com todas as minutas e seus respectivos anexos (mapas, textos etc)

- Áreas de risco, vazias e ocupadas;
- Motores e barreiras para a expansão da área urbana;
- Lotes vazios, subutilizados ou não utilizados;
- Usos especiais (condomínios fechados, indústria, mineração, etc.) e restrições à ocupação;
- Hierarquização do sistema viário e impacto do Projeto do Fundo de Vale (AFV);
- Ocupações irregulares existentes, distinguindo aquelas com possibilidades de permanência dos moradores daquelas onde é necessário reassentá-las;
- Terrenos favoráveis à produção de habitação de interesse social;
- Áreas com potencial para expansão e/ou adensamento urbano;
- Áreas para o desenvolvimento econômico, distritos industriais ou áreas;
- Áreas de preservação ambiental: DPAs, APPs ou áreas, conforme Lei nº 9.885/2000, SNUC;
- Áreas verdes com potencial de uso e aproveitamento urbano sustentável;
- Áreas sujeitas à aplicação do parcelamento, edificação e utilização compulsórias;
- Áreas e ações governamentais e não governamentais de zeladoria, atitudes e ações no Município, com descrição e mapeamento de suas atividades e áreas de influência.

10

- [illegible]

- **Perímetro Urbano (#1.137/1989)**  
Lei nº 1.137, de 1989, Lei nº 1.137/1989
- **Parcelamento do Solo (#654/1977)**  
Lei nº 654, de 1977, Lei nº 654/1977
- **Zonamento e Uso e Ocupação do Solo (#2.500/2004)**  
Lei nº 2.500, de 2004, Lei nº 2.500/2004
- **Sistema Viário (#3.332/2013)**  
Lei nº 3.332, de 2013, Lei nº 3.332/2013
- **Código de Edificações (#736/1980) e alterações**  
Lei nº 736, de 1980, Lei nº 736/1980
- **Código de Posturas (#496/1974)**  
Lei nº 496, de 1974, Lei nº 496/1974

- VERSÃO FINAL DA REVISÃO DA LEI DO PLANO DIRETOR
- VERSÃO FINAL DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
  - zoneamento e uso e ocupação
  - sistema viário
- INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE

ESSA PARTICIPAÇÃO RESULTA DA ASSIMILAÇÃO E COLABORAÇÃO JUNTO AOS PROPÓSITOS DO PLANO DIRETOR.

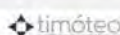




## PROCESSO PARTICIPATIVO

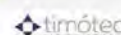
### OBJETIVOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO

- REFLETIR AS NECESSIDADES E ANSEIOS DA POPULAÇÃO;
- SENSIBILIZAR A SOCIEDADE PARA A RESPONSABILIDADE EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.
- ENVOLVER A SOCIEDADE DURANTE TODO O PROCESSO;
- ESTIMULAR OS SEGMENTOS SOCIAIS A PARTICIPAREM DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### QUEM PARTICIPA



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### QUEM PARTICIPA

#### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (ETM)

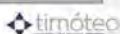
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (CA) DE REVISÃO DO PDP DE TIMÓTEO – preliminar e definitiva

COMISSÃO DE POLÍTICAS URBANAS (CPU)

CONSULTORIA – CONSÓRCIO ECOTÉCNICA DETZEL (GED)

Representantes do Poder LEGISLATIVO e outras ENTIDADES (Agência de Desenvolvimento Metropolitano, COPASA, CEMIG, etc.)

POPULAÇÃO EM GERAL – Sociedade Civil Organizada



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### Equipe Técnica Municipal (ETM)

#### • QUEM PARTICIPA?

Representantes das secretarias municipais (titular e suplente), sendo nomeados um Coordenador e um Vice Coordenador

#### • PARA QUE?

Acompanhar e deliberar no processo de revisão do PDP

#### • COMO CRIAR?

Portaria ou Decreto Municipal

#### • SITUAÇÃO:

Ja foi criado?

Coordenador: ?

Vice Coordenador: ??



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### ETM :: Atribuições

- Fiscalização e acompanhamento do processo de revisão do PDP;
- Geração e fornecimento de informações;
- Análise e revisão dos produtos;
- Coordenação e apoio às equipes de trabalho;
- Participação nas oficinas, fóruns, reuniões, audiências e seminários;
- Apoio na realização das reuniões comunitárias (regionais);
- Mobilização e divulgação dos eventos;
- Comunicação com a Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Diretor Participativo de Timóteo e Comissão de Políticas Urbanas (CPU).

#### Coordenação da ETM

- Coordenação, articulação e apoio aos membros das equipes;
- Fiscalização e acompanhamento;
- Divulgação e convites para os eventos;
- Disponibilização de local e equipamentos para eventos.



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do PDP de Timóteo

#### • QUEM PARTICIPA?

Sociedade civil (60%) e poder público (40%)

#### • PARA QUE?

Acompanhar e deliberar na revisão do PDM

#### • COMO CRIAR?

Portaria ou Decreto Municipal



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### CA da Revisão do PDP de Timóteo

#### • QUANDO CRIAR?

#### CARÁTER PRELIMINAR:

Sugestão: Ser formalizada no início do processo de revisão.

Situação: Decreto Municipal N XXXXX

**Regulamentar em até 7 dias após o Fórum de Lançamento**

#### CARÁTER DEFINITIVO:

Deverá ser dada a abertura em audiência para quem mais quiser participar, e findo o prazo, deve ser revogado o decreto ou portaria anterior e formalizado a comissão de caráter definitivo pelo mesmo instrumento jurídico.

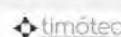
**7 dias após 1ª Audiência Pública**



## PROCESSO PARTICIPATIVO

### CA da Revisão do PDP de Timóteo :: Atribuições

- Acompanhar e participar das reuniões, oficinas, audiências e seminários;
- Apoiar e auxiliar na organização dos eventos;
- Auxiliar na divulgação dos eventos;
- Mediar relação com a comunidade;
- Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo participativo de revisão do PDP;
- Apoiar as equipes de trabalho;
- Auxiliar nos debates de revisão do PDP;
- Contribuir na revisão coletiva do PDP;
- Cumprir as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação democrática de representação da sociedade na revisão do PDP.







## QUESTÕES PARA PENSAR O PDP

Como vemos nosso município hoje?

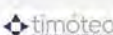
O que queremos para o nosso município?

Quais são os principais problemas enfrentados pelo nosso município?

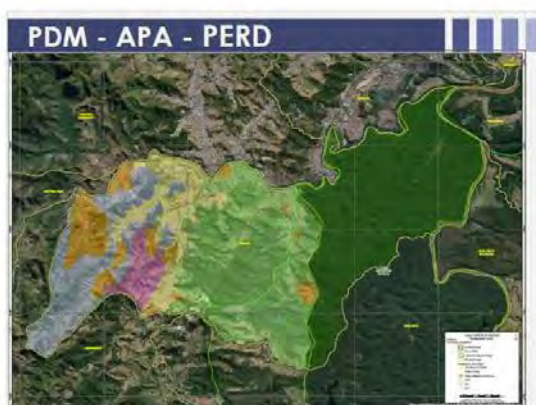
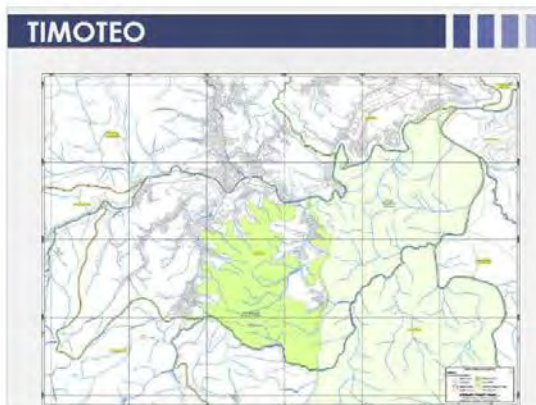
O que temos de melhor para impulsionar o desenvolvimento em nosso município?

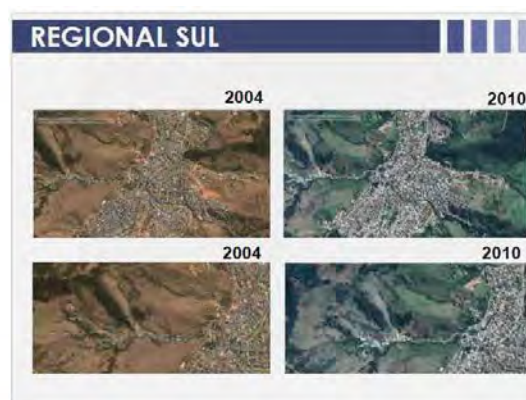


## NOTÍCIAS









**PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO**

**MUITO OBRIGADO!**

**ECOTÉCNICA TECNOLOGIA E CONSULTORIA**  
 Contato: Sandra ou Leticia  
 etc@ecotecnica.com.br

**DETZEL**  
 GESTÃO AMBIENTAL

Rua José Fabiano Barcik, 406 – Cajuru  
 CEP: 82.940-050 Curitiba – Paraná  
**(41) 3026-8639**

**Prefeitura de Timóteo**  
 Contato: Fabrício / Rodolpho

**timóteo**  
 Município de Timóteo



## APÊNDICE 3.3: SÚMULA DO EVENTO

<b>SÚMULA   OFICINA CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (ETM)</b>			
<b>Data:</b> 18/11/2019, Seg.		<b>Hora:</b> das 14h às 18h	<b>Local:</b> Sala de Licitações, PMT
<b>PARTICIPANTES</b> (vide lista de presença anexa): EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL (ETM) Elias de Paula Silva Santos, Fabrício Araújo, José Henrique Silva, Juliana Dornelos, Rodolfo Venturini, Ramon Silva Pereira, e etc. CONSÓRCIO ECOTÉCNICA-DETZEL Gustavo Domingues Gaspari (GDG); Sandra Mayumi Nakamura (SMN) e Walter Gustavo Linzmayer (WGL).			
<b>TEMAS DISCUTIDOS:</b>			
<b>1</b>	<b>Apresentação</b> de todos os <b>membros e presentes</b> , suas funções e atividades que desempenham. Iniciada a <b>apresentação</b> (PPTx) sobre o <b>Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM)</b> , processo histórico, contexto, conceitos, objetivos, etapas, produtos, cronograma físico das atividades, questões para pensar, notícias realizadas pela consultoria (apresentação em anexo).		
	<b>Encaminhamentos:</b>	<b>Responsável:</b>	<b>Prazo:</b>
	-	SMN, GAD e WGL	-
<b>2</b>	<b>Debates gerais (17h):</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Questão eleitoral municipal no processo de revisão do PDP;</li> <li>2. Cenário político e a criação de <i>Slide</i> de regras ao processo participativo do PDPM;</li> <li>3. Ação civil pública sobre a Revisão do PDPM que deveria ter ocorrido em 2014;</li> <li>4. Histórico sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico (2016), mas que somente em 2019 foi aprovado na Câmara;</li> <li>5. Edital de licitação para a revisão do PDP;</li> <li>6. Formalização da Comissão de Acompanhamento (CA), composição, importância e prazo para regulamentação;</li> <li>7. Dinâmicas e metodologias na condução do PDPM/ CDPs – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades/ Avaliação e Interação dos Técnicos e Comunidade; e</li> <li>8. Transmissão <i>on line</i> das reuniões públicas e comunitárias;</li> <li>9. Existência de consórcio metropolitano de saúde já existente;</li> <li>10. Existência de estudo de viabilidade para destinação de resíduos (metropolitana);</li> <li>11. Há trabalho de cicloturismo, identificando as áreas de paradas e rota;</li> <li>12. AMVA: Região de Limoeiro poderia ser centralidade; região de Santa Rita poderia ser alterada para interesse econômico;</li> <li>13. 4 CRAS – são 3 ativos – e cada CRAS atende um território. A secretaria tem esses dados por território;</li> <li>14. Em Timóteo foi proibido as feiras (do aço, etc), acaba ocorrendo no município vizinho;</li> <li>15. Região de Marliéria usa equipamentos de Timóteo;</li> </ol>		
	<b>Encaminhamentos:</b>	<b>Responsável:</b>	<b>Prazo:</b>
	-	Presentes	18/11/19
<b>3</b>	<b>Testado a apresentação</b> no Auditório da Prefeitura <b>para o Fórum de Lançamento do PDPM</b> de Timóteo.		
	<b>Encaminhamentos:</b>	<b>Responsável:</b>	<b>Prazo:</b>
	Ajustar o formato dos <i>Slides</i> da apresentação para o 16:9 ( <i>Widescreen</i> )	Fabrício e WGL	19/11/2019

## 4 ANEXOS

### ANEXO 4.1: LISTA DE PRESENÇA DA OFICINA DE CAPACITAÇÃO

REVISÃO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO - TIMÓTEO - MG

Data: 18/11/2019 14h-16h  
Local: JICAÇÕES, PMT  
Página: 1

**LISTA DOS PARTICIPANTES - CAPACITAÇÃO**

Nome	Entidade	Contato
1. Giane de Paula Silva Santos	PMT	99479 9835
2. Rodolfo Centurini	PMT - SEPLAN	(31) 945568106 / kventurini@gmail.com
3. Jose Henrique Silva	PMT - CAMARÃO	(31) 98746 0802
4. Yellone Mendes	PMT	(31) 3848 4757
5. Professor Diego	Câmara Municipal	(31) 59439-0157
6. Flaviano Delli	Câmara Municipal	31 - 99124 8800
7. Doraia Azeiteiro C. Silva	PMT - Seplan	31 9 9229-0131
8. Agnaldo Gomes	Câmara Municipal	31. 98706 7555
9. Paula Franco	C. MT (Barão)	31-98800 6545
10. Roberto Costa	C. M. T	31. 9. 853 25870
11. Mariana Lopes Junior	SEMED	31 99330 5759
12. Wilson Antonio de Jesus	SEMAPS	31 989 784177 rabsomiro@hotmail.com
13. Kamen Silva Sousa	PMT SEPLAN	31 988191550
14. Gustavo Domingues Gaspari	Consórcio Ecológica-Detzel	41 98700 1771
15. Sandra M. Niskamara	"	41 99731 3339
16. Kleber Gustavo Lima	CEP	41. 984.062.858
17.		